

Resistência e unidade para lutar pelo Socialismo, pela Democracia e por Direitos

Texto de contribuição da Esquerda Popular Socialista (EPS) ao debate sobre o período pós-eleitoral no Partido dos Trabalhadores (PT)

“(...) eu só quero a reforma da Previdência. Se vocês não fizerem vou culpar esse governo. Vou culpar esse Congresso e o PT volta, e vocês vão ser responsáveis pela volta do PT”. (Paulo Guedes, em conversa com representantes da Mesa Diretora do Senado)

A volta do PT: eis a senha que unifica alhos e bugalhos das classes dominantes brasileiras. É com isso que teremos que lidar na construção da resistência ao golpe pós eleição.

O resultado da eleição presidencial consolida mais um ato do golpe do capitalismo neoliberal contra a democracia em curso desde 2013, culminando no resultado na recusa do poder judiciário em acatar a recomendação da ONU pelo deferimento da candidatura de Lula, o silêncio do Tribunal Superior Eleitoral sobre o financiamento ilegal, via de caixa 2, de um forte esquema de disseminação de notícias falsas pelas redes sociais;

Nas ameaças públicas do candidato eleito e de setores do Exército de uso da força contra as instituições públicas e os direitos fundamentais, a ausência do debate público de propostas;

Na influência da inteligência norte-americana para manipulação das informações e a disseminação do ódio, intolerância, extermínio e censura com valores moralistas na segurança da família tradicional, corrupção, preconceito e criminalização dos pobres, mulheres, negros (as), indígenas e LGBTQ que deram vazão a onda fascista em nosso país.

O que aconteceu faz parte da permanente busca de saídas para a crise do capitalismo. Nesta quadra da história, o destaque mundial é para a utilização de forças da ultradireita, utilizando-se de discurso e práticas fascistas, mas cujo centro continua sendo a dominação e disputa econômica, envolvendo nossas riquezas.

No plano da economia, o capital persegue seu destino: tentar retomar o crescimento das taxas de lucro, precarização do trabalho com base na agenda predatória aos interesses da maior parte da humanidade. Semelhante aos tempos da chamada acumulação prévia (Adam Smith) ou acumulação primitiva ou ainda, “originária”, como a apelidou Marx, a saída possível para a crise estrutural do capitalismo pressupõe o remanejamento e o controle sobre a titularidade de áreas estratégicas, tais como as da energia (petróleo, hidroeletricidade, nuclear, principalmente), da indústria químico-farmacêutica, da alimentícia, da mineração, da água e do chamado complexo industrial militar.

Essa recomposição orgânica do capital só será alcançada se a racionalidade da “destruição criadora” for levada às suas últimas consequências. E isso rebate diretamente no jogo político. Nesse plano, os estratos estratégicos do capital avançam perigosamente para a desestabilização dos poderes, legislativos, executivos e judiciários, de acordo com os seus interesses como forma de promover golpes e ataques a direitos trabalhistas e sociais.

E caminham no fio da navalha, com o uso despuído ferramentas de manipulação diversas. A sabotagem às constituições de Estados soberanos é feita sem a menor cerimônia. Nesse caminho, a fragmentação e empoderamento de instâncias judiciais, com a promoção de intenso ativismo partidário em seu interior, é inédita e torna-se elemento basilar do processo de desestabilização. O vale tudo da política nem mesmo disfarçou o uso de parlamentares corruptos na sanha golpista que se viu no Brasil, no Paraguai, em Honduras e as tentativas disso na Venezuela, Bolívia e Nicarágua.

Assim, a democracia na era dos oligopólios, concentração do capital, passa por uma grave crise de legitimação. Ela própria foi resultado do declínio histórico da social democracia e do mito liberal

democrático, além do desmoronamento daquelas formações sociais erroneamente apresentadas como socialistas.

Agora, tal democracia é alvo do desencanto de bilhões de pessoas pelo planeta. Porém, isso não se dirige para alternativas progressistas e civilizatórias, ou mesmo revolucionárias. Pelo contrário: sua crítica e desconstituição se assentam em traços do fascismo, combinados com a descrença numa economia regulada de forma estatal e social. Na falta de melhor caracterização, chamamos a isso de alternativa ultraliberal na economia, combinada com o neofascismo nas relações sociais e políticas.

O desafio para entender como isso ganha os corações e mentes de centenas de milhões pelo mundo afora (as próprias vítimas, no curto e médio prazo) deve ser colocado para todas correntes democráticas e de esquerda que pretendam incidir realmente na luta política que se trava internacionalmente.

Responder a esse fenômeno original implica esforço teórico e de aprofundamento da capilaridade das organizações comprometidas com o socialismo e com a democracia. Reconhecendo inclusive que o uso de ferramentas políticas e conceituais inadequadas, algumas ultrapassadas, pode nos levar a derrotas ainda maiores. Parafraseando alguém, a poesia da alternativa de esquerda não será buscada no passado, mas no futuro.

Porém, nossas dificuldades são perfeitamente superáveis. Em outros momentos da história da civilização, sobretudo nos últimos quatro séculos, a humanidade soube buscar respostas a impasses tão ou mais graves do que esse em que vivemos. E mesmo no Brasil não podemos dizer que vivemos “a última batalha”. Pelo contrário, houve outros momentos graves que foram enfrentados e derrotados após instantes de confusão política e desequilíbrios como os que ocorrem atualmente.

Afinal a aceitação das ideias ultraliberais e neofascistas pela população brasileira não foi majoritária: dos 147,3 milhões de eleitores aptos a votar nas eleições, 89 milhões, ou seja, 61,8% do eleitorado, não votou em Bolsonaro. O percentual de votos brancos e nulos quebrou um recorde desde 1989 e, ao todo, 21,3% dos eleitores não compareceram às urnas.

A mobilização dos partidos, movimentos organizados, adesão de artistas e setores importantes da cultura e de indivíduos pelo #viravoto foi fenomenal! As mobilizações do #elenão, envolveram diversos setores da sociedade, mais ou menos alinhados com a esquerda e com o PT expressando a rejeição ao discurso de ódio e à pauta conservadora e a defesa da democracia e da liberdade. Destacam-se desde antes as eleições no movimento #lulalivre, o papel das frentes: Brasil Popular e Povo Sem Medo na capacidade de mobilização das mulheres, das juventudes, da cultura, da luta antirracista, da população LGBTQ, religiosos, MST, MSTs, CUT e demais centrais e se expressou na ampla rejeição eleitoral a Bolsonaro que teve homens brancos com alto nível de renda e escolaridade como eleitores típicos.

Estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais foram decisivos para a campanha de Bolsonaro que teve grande alcance, sobretudo devido ao discurso de violência urbana.

Neles, os efeitos da crise econômica - que os adversários atribuíram ao PT mesmo este estando fora do governo desde 2016 -, da violência urbana e do discurso socialmente conservador se misturaram em diferentes medidas para arrebataram parte do eleitorado popular, que votava no PT, garantindo vitória elástica do candidato de extrema-direita.

Todos os estados do Nordeste deram votações expressivas a Fernando Haddad e elegeram governadores do campo popular com destaque para a eleição de Fátima Bezerra no Rio Grande do Norte, a única governadora do país de Wellington Dias no Piauí e Rui Costa na Bahia, Camilo Santana no Ceará. Em todo o país, Haddad venceu em 2810 cidades e 11 estados. Com esse resultado, o PT governará o maior número de estados além de ter eleito a maior bancada de deputados federais com 56 parlamentares. Com

isto, o PT se legitima na disputa de hegemonia no centro esquerda e não se furtará a cumprir o papel e a representação que recebeu do povo brasileiro.

Além disso, as informações disponíveis apontam que tivemos apoio maciço e vencemos a eleição nos segmentos sociais mais oprimidos, como os mais pobres, as mulheres, negros e negras e LGBTs. É preciso ser fiel a esse eleitorado, que foi às ruas em defesa da democracia, não apenas reafirmando um compromisso inegociável com as pautas que os representam, como também construir modos de convencer a maioria da população delas.

Ainda, saudamos a eleição dos novos e reeleição dos nossos companheiros e companheiras, bem como, a todos e todas que dispuseram seus nomes à disputa neste conturbado e difícil contexto eleitoral.

Reconhecer a dimensão da derrota, fazer o diagnóstico mais preciso do quadro pós-eleitoral e reconstruir as trilhas para a retomada do ideário democrático e popular. Esse deve ser o sentido das reflexões no campo de resistência ao neofascismo, campo este se expressou no segundo turno das eleições, em torno da chapa Haddad/Manu. No caso do PT, sempre buscando a unidade partidária em meio sua diversidade de ideias, devemos fazer reflexões francas, sem receio de expor o nervo de nossas contradições, lacunas e equívocos.

A derrota política e eleitoral da esquerda em 2018, no Brasil, integra um quadro mundial de retrocessos políticos verificados em vários países, atingindo quase todos partidos e frentes de esquerda pelo planeta. Ainda que os resultados eleitorais representem também a presença de boas condições de resistência política, orgânica e ideológica.

Nesses tempos de regressão civilizatória, a luta democrática, ainda que limitada, acaba se tornando quase que uma tarefa exclusiva da esquerda. Sem autoridade para pleitear a vanguarda nessa luta, parte das classes dominantes brasileiras acaba nos cedendo – involuntariamente – o protagonismo social naquilo que, em tese, seria uma das suas prerrogativas.

A vitória de Jair Bolsonaro, nesse sentido, não indica apenas uma derrota da esquerda. Sua maioria relativa (num quadro de expressiva minoria absoluta) levou de roldão a direita tradicional no Brasil. E não se trata da estrondosa derrota de partidos como o PSDB, o DEM, o MDB, o PP ou PPS, exclusivamente. Caciques políticos históricos, lideranças emergentes e até gente do espectro neofascista experimentaram desfechos negativos em suas pretensões eleitorais. Some-se a isso a derrota dos oligopólios de comunicação, de entidades empresariais como a Fiesp e similares, com todas suas apostas prévias.

Aí a fila foi imensa. Luciano Huck, Flávio Rocha (Riachuelo), Álvaro Dias, Alckmin e Amoedo. Todos . Todos soçobraram na crise que ajudaram a implantar. No mesmo diapasão, Ciro (PDT) e Marina (Rede) experimentaram os efeitos da fluidez de suas propostas e sua falta de capilaridade social. E Boulos (Psol), à esquerda, que cumpriu importante papel de reafirmar um projeto estratégico, também não resistiu ao desmonte já salientado anteriormente. E até o PSTU merece menção: submergiu na miséria política de seu “fora todos” e de sua ação centrífuga e inconsequente.

Por último, mas não menos importante, a maior derrota da pálida democracia brasileira tem um emblema histórico: a ação concatenada para impedir Luís Inácio Lula da Silva de se candidatar. Instituições públicas e privadas, com forte apoio da direita internacional, se uniram para barrar a candidatura de Lula.

Esse golpe não foi contra o PT. Mas contra dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras que davam a dianteira a Lula nas pesquisas, até as vésperas da cassação do registro de sua candidatura, no início de setembro. Milhões estes que poderiam ajudar a barrar a sanha dos setores econômicos interessados em nacos importantes da riqueza nacional

O legado dos governos do PT e a identidade da população brasileira com Lula e com as injustiças que vem sofrendo nos permitiu chegar ao segundo turno em apenas 2 semanas de campanha de Fernando

Haddad/Manuela D'Ávila como os nossos candidatos. Foram 31 milhões de votos que saltaram para 47 milhões. Aí se imprimiu a força do PT, de partidos aliados e movimentos sociais históricos. Não se pode desqualificar tal resultado. Além disso, no segundo turno, a chapa Haddad/Manu agregou apoios que extrapolavam o espectro político e ideológico original. O que seria o óbvio. A ampliação política ocorreu pela esquerda, com o apoio do Psol e das forças da Frente Povo Sem Medo; e ao centro, com a adesão de lideranças e setores partidários que incluíam até mesmo parte do PSDB, MDB e outros campos que concorreram para o golpe de 2016.

Nesse sentido, o resultado do segundo turno, a despeito da derrota na disputa principal, constituiu algo muito importante: a potencial unidade de uma ampla frente democrática que reunirá um campo plurideológico e pluriclassista inédito, no próximo período. Nem o PT, nem o conjunto da esquerda devem temer isso. É possível, mesmo marchando separados, golpear juntos. Sem diluição política e orgânica de quem quer que seja. Essa é uma demanda de nosso tempo.

As dificuldades e limites da alternativa “Bolsonaro” para a crise brasileira: nem subestimar, nem superestimar.

Seus senhores são variados. Os interesses corporativos (empresariais ou das chamadas carreiras de Estado), as expectativas populares e o próprio funcionamento dos poderes combalidos com golpe, logo, logo, se expressarão publicamente. A tentativa de atribuir ao PT e aos aliados, qualquer responsabilidade no fracasso do governo pós-golpista, tenderá a perder força. Até porque, nas palavras do poeta, o povo que carne, fogo e sapatos.

O futuro governo Bolsonaro nasce como um monstro de várias cabeças e tentáculos. De início, a sua vitória aparece como uma soma do velho e do novo baixo clero da política brasileira. Porém, essa coisa inicialmente disforme tende a diminuir suas contradições internas e ajustes serão feitos. Mudarão as hierarquias internas, para o que o capital financeiro e outras áreas estratégicas da economia passem a ditar as normas.

Porém, aquilo que aparece como o curso natural de um processo de reequilíbrio das forças internas do novo condomínio de poder não poderá esconder suas tensões. Seja pelo pagamento das dívidas políticas contraídas no processo de campanha, seja pela composição contraditória dos postos-chaves do governo, pelos recuos em promessas e pelo ingresso de novos atores no cenário pós-eleição, o futuro governo Bolsonaro já experimenta crises e conflitos.

Na impossibilidade de apresentar novas propostas que enfrentem a crise econômica e gerem emprego em escala, Bolsonaro e seu clã insistem em jogar “cascas de bananas” pelo caminho: hora, voltam com o tal Kit Gay, hora com a Escola Sem Partido, hora com a flexibilização da posse e do porte de armas de fogo ou com a inexistente ideologia de gênero.

São manobras diversionistas que encontram apelo popular e impedem o debate concreto dos desafios reais postos para o país. Contudo, boa parte de seu eleitorado – mesmo que hipnotizada – tenderá a cobrar outras contas. As que dizem respeito à realidade de sua vida. Some-se a isso, suas dificuldades com a contrarreforma da previdência, cuja viabilidade se assenta em duas premissas que vão corroer boa parte de sua gordura eleitoral: as concessões fisiológicas ao parlamento e a manutenção dos privilégios dos estratos aburguesados do serviço público.

A unidade para enfrentar o neofascismo e recolocar a agenda democrática e popular

O PT deve combinar esforços de constituição de uma ampla frente democrática, respeitando as dinâmicas dos vários atores sociais que podem compô-la, com a defesa da integridade política e orgânica de seus aliados e de si próprio. A firme e determinada presença do Partido na construção dessa frente deve ocorrer sem que se ceda aos adversários e inimigos que temos os argumentos que possam inviabilizar a

participação de amplos setores na mesma. O PT nem deve praticar, nem aceitar a pecha de força hegemônica na citada frente.

O resultado eleitoral reservou um papel especial ao PT para o exercício da oposição programática ao governo eleito. Mesmo sob um cerco inominável, por parte de grupos empresariais internos e externos ao país, de organismos estatais de algumas potências, de poderosas instituições empresariais, inclui-se os oligopólios de comunicação e sob um golpe político/judiciário, o petismo saiu desta eleição de cabeça erguida. E mais: o inimigo ganha, em meio a fortes desconfiças, mesmo de sua base eleitoral. As incertezas sobre o futuro da maioria do povo brasileiro, hoje, pesam nas costas dos vitoriosos.

Isso quer dizer que o traço de união entre as forças que podem compor o campo democrático da resistência deve partir das necessidades concretas das maiorias, que passam pela garantia de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, e somados a esses direitos os esforços para a geração de empregos e salários ou ocupação e renda.

É preciso afirmar que a defesa da democracia é condição indispensável para o equilíbrio social e para o processamento dos conflitos que opõem legítimos interesses no cenário econômico e político. É preciso restabelecer, minimamente, a credibilidade dos poderes judiciário, legislativo e executivo. No caso do judiciário, as ameaças à democracia transparecem principalmente nos processos que envolvem a chamada Operação Lava Jato e ações correlatas, sobretudo ao uso abusivo do instituto das chamadas delações premiadas. A própria indicação do ex-juiz Sérgio Moro para compor o governo Bolsonaro é uma forte denúncia do caráter político e partidário de sua atuação. Antes disso, as decisões judiciais no foro de Curitiba e no TRF4, em Porto Alegre, consolidaram a legítima compreensão de que tais decisões tiveram inquestionável interesse político e partidário.

Um capítulo importante desse quadro de partidização e politização de setores do judiciário é a condenação e a prisão de Lula. Mesmo não sendo condicionante à construção da frente democrática, a campanha “Lula Livre” é mais do que um direito; é um dever moral de toda a consciência democrática em nosso país. O PT deve buscar aliados partidários e de movimentos sociais para ampliar a campanha pela liberdade de Lula.

A condenação e a prisão de Lula serviram a uma “tática eleitoral”. E agora, a manutenção de sua prisão, serve a uma estratégia de governo. A viabilização do governo Bolsonaro, naquilo que ele representa de dilapidação da soberania nacional e de subtração de direitos trabalhistas, sociais e previdenciários implica silenciar a maior liderança política do país. Lula livre é um forte empecilho para que se viabilize o governo de rapina que se avizinha. É disso que se trata.

No âmbito da resistência ao neofascismo e à dilapidação da soberania e dos direitos das maiorias, o PT deve propor aos aliados a mobilização pela retomada do Congresso do Povo, como legítima instância de decisão das massas, frente ao comprometimento da credibilidade dos poderes legislativo, executivo e judiciário do país.

A cada ameaça à soberania nacional e ao direito das maiorias, ou a cada ataque vitorioso do golpe, a legitimação de uma instância decisória extraparlamentar como o Congresso do Povo pode alcançar níveis substantivos. Níveis esses que podem fazer recuar as forças da regressão civilizatória que tenta se consolidar no país. Não há prazos previstos, nem roteiros traçados, para que os impasses e contradições do governo Bolsonaro aflorem. Mas são evidentes suas futuras trincas e fraturas.

As lutas por liberdades, direitos e a campanha #LulaLivre adquirem papéis estratégicos neste momento. A resistência democrática passa também pela defesa das populações das periferias vítimas da ofensiva brutal das policiais, em defesa da classe trabalhadora e da população LGBT vítima da homofobia, das mulheres vítimas do machismo e do povo negro vítima do racismo e intolerância religiosa, dos sem-terra e dos sem teto, dos/as professores/as e estudantes, dos/as artistas e das pessoas que lutam pelas liberdades. O

enfrentamento ao neoliberalismo e aos valores conservadores e suas consequências sociais como a precarização do trabalho, redução das políticas sociais, a criminalização dos movimentos sociais e dos direitos humanos fundamentais afirmando a luta de classes, valores e desafios da construção de uma sociedade socialista.

Os desafios na sociedade.

- Identificar os anseios da parcela da sociedade que se absteve de votar e reafirmar o projeto democrático e popular, marcando a diferença de concepção e método, com o exemplo material dos estados e municípios que governamos.
- Combater o fascismo, decodificar e enfrentar sua estratégia de organização, as alianças com a burguesia e os meios de alcance aos trabalhadores.
- Denunciar a violência contra a esquerda, contra a classe trabalhadora do campo e da cidade fortalecendo a defesa dos pobres e das lutas populares como ferramenta de organização. As instituições estão divididas e nem todo eleitorado de Bolsonaro é fascista. Nossa tarefa é identificar esse grupo minoritário e enfrentar as notícias falsas disseminadas contra o PT.
- Avaliar os erros e acertos que culminaram no processo eleitoral de 2018, fazendo a análise crítica do processo e a autocrítica como afirmação da construção de uma alternativa absolutamente inovadora no país tendo a classe trabalhadora como protagonista das maiores mudanças e avanços sociais.
- Estabelecer diálogo inter-religioso, permanente, com representantes e praticantes das diversas matrizes religiosas para a construção do estado laico na diversidade religiosa, quebra dos preconceitos e combate a intolerância.
- Defender a universidade e a liberdade nas escolas. Entendendo que um dos eixos do conservadorismo é o ataque à educação, combater qualquer projeto de lei que limite a educação libertadora, como o projeto da Lei da Mordaza e defender princípios como financiamento público da educação pública, o direito da organização de estudantes em grêmios, DCEs, executivas de curso, APGs, na UBES, UNE e ANPG.
- Avaliar nossos métodos de organização e mobilização na sociedade, visando se adequar aos novos formatos e tecnologias que parecem estabelecer a agenda do debate político, em especial através da juventude, como a mobilização e produção de conteúdo através de plataformas digitais. Também garantir a defesa e a manutenção das políticas públicas voltadas para a juventude que está fora dos muros das escolas e universidades, no campo e nas periferias do país.

Os desafios no Partido:

- Será fundamental fortalecer as relações com os partidos políticos aliados, movimentos sociais e populares na construção de uma estratégia de defesa dos direitos econômicos e sociais, combatendo o avanço do fascismo e organizando oposição sistemática ao governo Bolsonaro.
- Garantir a mobilização permanente junto com a Frente Brasil Popular, com a frente Povo Sem Medo, centrais sindicais e movimentos sociais organizados criando condições para o enfrentamento político e violento do próximo período.
- Apoiar as lideranças de Fernando Haddad e Gleisi Hoffman na construção de uma frente democrática e popular no país, assim como aprofundar as articulações internacionais.
- Fortalecer os governos petistas do Nordeste Brasileiro pela importância da força política, capacidade de resistência e articulação, nacionalizando, socializando e valorizando as suas representações políticas e experiências como instrumento de referência para as lutas em contraponto ao governo nacional.
- Elaborar um programa democrático e popular que represente a realidade dos/as trabalhadores/as do campo e da cidade com ênfase nos direitos fundamentais, no direito à terra, água, trabalho, aos alimentos sem venenos, à liberdade de expressão, de exercício da sexualidade, à autonomia econômica e política e a uma vida sem violência.
- Revitalizar o debate da estratégia e tática no partido. Preparar uma reforma da estrutura partidária para atender aos novos desafios fortalecendo seu papel dirigente na reorganização da sociedade brasileira, na organização sindical e nos movimentos populares.

- Recriar o sentido da luta coletiva com a formação de um grande exército de militantes filiados e engajados na luta popular, política social.
- Vencer o antipetismo no debate da corrupção sistêmica, a criminalização dos agentes de estado fazendo em contraponto com a corrupção social, do mercado, do sistema financeiro, do capital volátil. A corrupção está na natureza do capitalismo é essencial para a sua sobrevivência.
- Criar uma estratégia de comunicação e propaganda política com linguagem adequada às novas gerações enfrentando, ao mesmo tempo, o empobrecimento do conteúdo que circula nas redes sociais com o fortalecimento da comunicação direta, transparente, informativa e formativa. -Enfrentar às notícias falsas, a desinformação com a afirmação do projeto democrático e popular fortalecendo o trabalho de base e de formação política. Será necessária, também, uma forte iniciativa para desmascarar as falsas notícias que continuarão a ser disseminadas contra a esquerda e o PT e, principalmente, as falsas notícias que buscarão dar uma cara legal e positiva ao desmonte do estado brasileiro que vem sendo construído desde o golpe e que se aprofundará.
- Ampliar o diálogo com a periferia dos grandes e médios centros urbanos apoiando as iniciativas de inovações tecnológicas das organizações sociais e a articulação com escolas e universidades e se engajando numa importante pauta para esses segmentos, que foi relegada a segundo plano nos últimos períodos: a violência e, em especial, o morticínio e encarceramento de jovens, sobretudo, negros.
- Dar um salto qualitativo na organização da juventude, tanto contra os ataques conservadores à educação quanto na própria concepção organizativa das nossas frentes políticas.
- Preparar o Partido para disputar as eleições municipais de 2020, debatendo estratégia e tática com os Diretórios Municipais e fortalecendo o modo petista de governar.
- Estruturar a força do PT para além da luta institucional para que, a atuação parlamentar federal, estaduais e municipais, prioritariamente, cumpram os seus mandatos como instrumento de organização da luta social e, fortalecimento da classe trabalhadora, sem ilusões com qualquer alternativa conciliatória forjada em acordos meramente institucionais.
- As ideias dominantes são as ideias da classe economicamente dominante. Assim, nesta eleição, temas caros à democracia foram banalizados pelos sujeitos e instituições que sustentaram o golpe. Com o resultado da eleição a extrema direita fortalece a imposição de um clima repressivo e de uma agenda obscurantista em todos os planos: defesa do armamento da população, da redução da maioria penal e de direitos fundamentais, perseguição às escolas e universidades, defesa da precarização do trabalho e da qualidade de vida do trabalhador com temas como a reforma da previdência, além da defesa escancarada pela entrega do patrimônio brasileiro por meio das privatizações.
- Fortalecer a unidade entre os partidos e dos movimentos sociais na construção de uma ampla frente democrática e popular.
- Construir unidade e solidariedade popular contra a onda de ameaças e agressões, prática comportamental, miliciana, violenta e agressiva. Não vamos nos intimidar. Revisitar formas de luta, cuidar de nossa segurança, porque da luta não sairemos.

A luta continua! Coragem será o nosso lema! Ninguém solta a mão de ninguém!
Lula Livre!

Novembro de 2018

Direção Executiva Nacional da Esquerda Popular Socialista (EPS)